

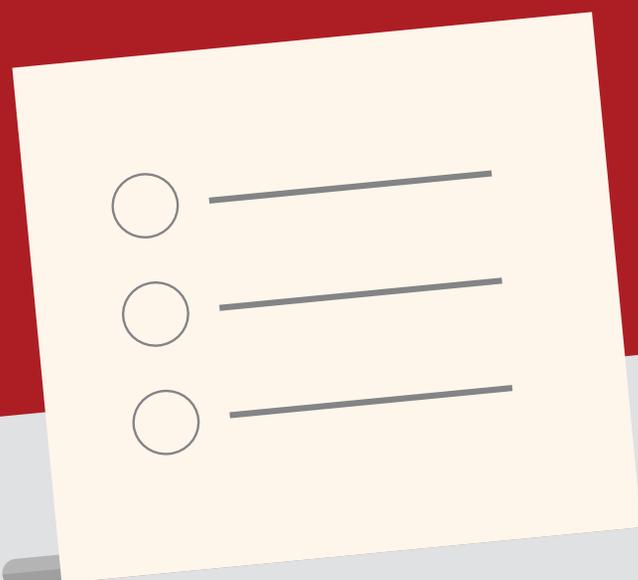


QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN (biênio 2025-2027)

Leia os manifestos das 3 chapas que
participam do pleito *Págs. 6 a 8*

7 e 8 de maio
de 2025



II Seminário discutiu desafios de
multicampia e fronteira
Págs. 4 e 5

8 de Março: ANDES-SN avança na
luta em defesa das mulheres
Págs. 10 e 11

Neste mês de março, o ANDES-SN seguiu em luta! No dia 8 de março, diversas seções sindicais ocuparam as ruas para lutar por igualdade de gênero e em defesa de direitos históricos que hoje são ameaçados por políticas de austeridade de diferentes governos. Poucos dias depois, em 14 de março, ativistas de todo o país também foram às ruas para, mais uma vez, lutar por justiça por Marielle e Anderson, já que os mandantes ainda não foram julgados.

O ANDES-SN também intensificou a luta para pressionar o governo federal pelo cumprimento do Termo de Acordo nº 10 de 2024. Para intensificar as lutas, a Comissão Nacional de Mobilização e seções sindicais foram convocadas para, entre os dias 10 e 20 de março, pressionarmos tanto o Parlamento pela aprovação da LOA-2025, quanto o governo federal pelo cumprimento do acordo. A mobilização foi decisiva para que parlamentares não adiassem, mais uma vez, a votação da LOA-2025, a qual foi aprovada no dia 20 de março. Apesar desta, é importante ressaltar que o texto aprovado inclui inúmeros ataques. Para priorizar emendas parlamentares, o governo realizou cortes diversos: R\$2,7 bilhões na educação e quase R\$3 bilhões de cortes em assistência social, ciência e tecnologia. Os novos

cortes mostram que o atual governo segue aplicando uma agenda de austeridade e que aprofundará a precarização e a crise de financiamento que nossas instituições enfrentam atualmente.

Após a aprovação da LOA-2025, o ANDES-SN e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizaram reunião com MGI para cobrar por uma folha suplementar para pagar imediatamente os salários. Na ocasião, 26 de março, o secretário de relações de trabalho, José Lopez Feijóo, anunciou que o governo reeditará a MP 1.286/2024 para garantir que o pagamento do reajuste, incluindo os salários retroativos até janeiro de 2025, seja pago no contracheque de 02 de maio. O ANDES-SN segue lutando para que os outros pontos do acordo, que são de inteira responsabilidade do governo Lula (e não dependem do congresso nacional), sejam cumpridos.

Neste mês de março também houve o processo de homologação das chapas inscritas para as eleições da diretoria do ANDES-SN. O processo eleitoral demonstra, na prática, a horizontalidade democrática de nossa entidade. Diferentemente de federações nacionais burocráticas e cartoriais que possuem diretorias eleitas apenas por delegados ou diretores

de sindicatos federados, no ANDES-SN cada sindicalizado tem o direito de votar e ser votado para a diretoria nacional. O regimento eleitoral é definido e votado por delegadas e delegados eleitos pela base no Congresso Nacional. Finalmente, a Comissão Eleitoral Central (CEC) é composta por docentes eleitos em Congresso, representantes de cada chapa inscrita e, finalmente, um único membro da diretoria do Sindicato Nacional.

Esta estrutura democrática se expressa na existência de diferentes chapas e programas disputando o processo eleitoral nacional. Das quatro chapas inscritas durante o 43º Congresso, apenas três cumpriram todos os requisitos do Estatuto e Regimento Eleitoral. Uma quarta chapa, ao não cumprir as exigências dos dois documentos políticos, não participará do pleito, o que foi confirmado por decisão judicial em segundo grau, após ter buscado intervenção judicial em nossas eleições. Por isso, neste Informandes há apenas a publicação dos manifestos das três chapas homologadas. Na próxima edição do InformANDES serão publicadas entrevistas com as chapas e nas redes sociais do sindicato existem materiais audiovisuais publicados.

ANDES-SN em luta! 44 anos de democracia, horizontalidade e luta!

44 anos em luta!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Jornada de lutas federal pressiona por cumprimento de acordo e aprovação da LOA



Durante duas semanas, de 10 a 20 de março, as e os docentes das seções sindicais, da diretoria nacional e da Comissão Nacional de Mobilização do ANDES-SN estiveram em Brasília (DF) para a Jornada Nacional de Luta do Funcionalismo Público Federal. Organizada pelas entidades do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe) as ações tiveram como objetivo pressionar parlamentares pela votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025 e pelo cumprimento dos demais itens dos acordos firmados no ano passado.

“Essas duas semanas de articulação com o Fonasefe, e especialmente com o conjunto das entidades da Educação Pública Federal, foram muito importantes. Nós fizemos uma mobilização forte, que atingiu parlamentares e conseguiu fazer uma pressão efetiva para que, de fato, a LOA fosse votada. Como foi veiculado pela imprensa e dito por alguns parlamentares, havia uma ameaça dessa votação seguir para abril”, avaliou Jennifer Webb, 1ª tesoureira do ANDES-SN.

“A gente entende, sim, que o conjunto da nossa mobilização, dos servidores públicos federais, foi muito importante para que essa votação se efetivasse no dia 20 de março. Consideramos que essas duas semanas consecutivas de mobilização em Brasília e também nos locais de trabalho foram fundamentais”, acrescentou.

A Jornada foi marcada por ações de pressão e atos públicos nos aeroportos, especialmente no Aeroporto de Brasília, recebendo parlamentares e demais pessoas que chegavam à capital federal com cartazes, faixas e palavras de ordem, e na Câmara de Deputados. Além de protestar

em frente ao Anexo 2 da Casa, por onde passam as e os parlamentares, docentes visitaram centenas de gabinetes, dialogando sobre os impactos do atraso na votação do Orçamento 2025 para os serviços públicos.

“Foi muito importante estarmos organizados, enquanto diversas categorias do serviço público, não só em defesa do nosso imediato reajuste, mas também dos interesses da população como um todo, que é usuária desse serviço que nós prestamos enquanto servidores públicos. Então, essas ações foram fundamentais para colocar a pressão nesses parlamentares de forma efetiva e de forma pública”, ressaltou a docente.

Em 20 de março, último dia da Jornada de Lutas, o Congresso Nacional votou a LOA, com a previsão de orçamento para pagamento do reajuste acordado com o funcionalismo, retroativo a janeiro deste ano. Para tentar garantir que os valores atrasados sejam pagos imediatamente, o ANDES-SN, junto com o Sinasefe, protocolou ofício no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e na

Casa Civil, cobrando o lançamento de uma folha complementar, uma vez que a folha de pagamento de março já está fechada.

“Já havíamos feito o pedido formal em reunião no dia 20 de fevereiro, quando ocorreu a décima rodada de negociação da Mesa Nacional de Negociação Permanente. E mais uma vez, protocolamos o MGI sobre a necessidade da implementação imediata de uma folha complementar para fazer o pagamento dos meses de janeiro, fevereiro e março desse reajuste, porque senão a gente só vai receber no começo de maio”, ressaltou Webb.

Além de cobrar a votação da LOA e o pagamento do reajuste, durante a Jornada, docentes realizaram manifestações e protocolos de ofício no Ministério da Educação (MEC), MGI e Casa Civil, exigindo o cumprimento imediato dos demais itens previstos no acordo de greve, firmado no ano passado. Alguns pontos já foram objeto de debate e encaminhamentos em grupo de trabalho, outros ainda aguardam andamento.

De acordo com a diretora do ANDES-SN, é necessário intensificar a mobilização para garantir que o acordado seja cumprido. “É fundamental colocar pressão para que sejam cumpridos os outros itens do acordo. A votação da LOA não encerra o cumprimento do acordo, ela possibilita o cumprimento de um dos itens, mas é necessário que o governo Lula cumpra, na integralidade, o acordo firmado conosco, com o conjunto da educação pública federal, que colocou o esforço para encerrar a greve no final de junho de 2024, fez a sua parte saindo da greve, assinando o acordo e agora esperamos o cumprimento integral desse acordo”, conclamou.



II Seminário de Multicampia e Fronteira discutiu desafios e propostas para regiões afastadas e fronteiriças

Mais de 70 docentes de diversas instituições federais e estaduais de ensino do país participaram do II Seminário de Multicampia e Fronteira do ANDES-SN, realizado de 13 a 15 de março, em Boa Vista (RR). Foram debatidos os desafios e a relevância do trabalho docente em regiões de multicampia e fronteira, além da necessidade de uma política nacional contra a precarização enfrentada pela categoria.

O evento, organizado pelo Grupo de Trabalho de Multicampia e Fronteira (GT Multi-Front) e pela Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Roraima (Sesduf-RR SSind.), ocorreu em diversos campi da Universidade Federal de Roraima (UFRR), para que as e os docentes conhecessem pudessem conhecer a realidade da comunidade acadêmica na região.

No primeiro dia, a mesa “Histórico dos debates de multicampia e fronteira no ANDES-SN e debate” trouxe Alexandre Galvão, 2º secretário do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (lees, Imes e Ides), que ressaltou que a expansão das universidades multicampi contribuiu para a interiorização do ensino superior, mas também gerou fragmentação geográfica e organizacional, dificultando a mobilização sindical. Galvão destacou que o tema é central nos encontros do ANDES-SN desde 1997 e que o Estatuto da entidade prevê diferentes formas de organização sindical, adaptadas às realidades locais, garantindo participação democrática e autonomia sindical.

Andreia Moassab, docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), em Foz do Iguaçu (PR), falou sobre a intensa relação da cidade com as fronteiras do Paraguai e da Argentina. Desde a criação da Seção Sindical dos Docentes da Unila (Sesunila SSind.), em 2015, foram debatidas as especificidades para o trabalho de docentes em região de fronteira. Ela destacou alguns obstáculos, como a falta de amparo jurídico para atividades trans-



fronteiriças e restrições ao transporte de equipamentos.

Na mesa “Aspectos histórico-legais sobre as questões de multicampia e fronteira relacionados às professoras e aos professores do ensino federal no Brasil”, Breno Santos, 1º vice-presidente da Regional Pantanal do ANDES-SN e do GT Multi-Front, discutiu a regulamentação do adicional de atividade penosa para servidoras e servidores públicos em zonas de fronteira ou locais com condições adversas, previstos no artigo 71 da Lei 8.112/90 e artigo 7º da Constituição Federal. Embora a lei preveja o benefício, ainda depende de regulamentação pelo Executivo Federal.

Saiba mais detalhes da cobertura do 1º dia no QR CODE ao lado:



Multicampia e permanência

O segundo dia do evento foi marcado pela apresentação do 1º Levantamento sobre Situações de Multicampia e Fronteira, realizado pelo GT, em 16 instituições, abrangendo 110 campi. Na mesa “Condições de trabalho, fixação e orçamento”, César Beras, 1º vice-presidente da Regional Rio Grande do Sul e do GT Multi-Front do ANDES-SN, destacou a precarização em universidades, institutos e cefets multicampi, com 54,5% das instituições apresentando infraestrutura inadequada e 40,9% das e dos docentes enfrentando dificuldades na fixação em

região de fronteira.

Antônio Carlos Araújo, presidente da Sesduf-RR SSind, apontou a alta rotatividade de docentes na UFRR, com um número significativo de exonerações e vacâncias ao longo dos anos, devido à logística de transporte, à escassez de serviços básicos, à distância dos grandes centros urbanos e à dificuldade de acesso à moradia e à alimentação de qualidade.

Audirene Cordeiro, docente da Universidade Federal de do Amazonas (Ufam), mostrou os desafios geográficos e logísticos dos campi do interior, como em Benjamin Constant, a 1.116 km de Manaus, para onde o deslocamento pode levar até 31 horas de barco. As longas distâncias elevam os custos para participação em eventos científicos, geram riscos de isolamento devido a estiagens e fechamento de aeroportos, e dificultam o acesso a serviços de saúde, obrigando as moradoras e os moradores a viajar para a capital em busca de atendimento especializado.

Emerson Duarte, 2º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES-SN, discutiu o financiamento das universidades com base em dados de órgão públicos de 2023 e informações do Setor das lees, Imes e Ides. Também foram utilizados os dados do estudo do GT Verbas, com base em uma plataforma do governo federal. O levantamento mostrou que os recursos são insuficientes para atender às demandas das instituições que enfrentam problemas de distribuição orçamentária,



falta de recursos para manutenção dos campi, a ausência de políticas específicas, limitação no acesso a serviços básicos, entre outros.

Na sequência, Francieli Rebelatto, secretária-geral do ANDES-SN e do GT Multi-Front, apresentou um documento da Rede de Universidades de Fronteira (Unifronteiras), que reúne reitoras e reitores de 14 instituições federais e tem como objetivo fortalecer a integração regional e internacionalizar a educação superior nas áreas de fronteira, superando desafios burocráticos, logísticos e estruturais. Ela destacou a necessidade de considerar as pautas e demandas comuns com a Unifronteiras.

Participantes do Seminário relataram as dificuldades enfrentadas em universidades multicampi e em regiões de fronteira, como longos deslocamentos, falta de recursos para pesquisa e extensão, e a necessidade de acumular funções devido à escassez de pessoal. Apontaram também a desconexão entre as políticas de expansão universitária e as necessidades locais, com a criação de cursos sem estrutura e sem diálogo com as e os docentes.

A falta de investimento público, a dependência de parcerias privadas, a dificuldade de integração com comunidades indígenas e os riscos de segurança em áreas de fronteira também foram mencionados.

Encaminhamentos

Após a troca de experiência, o GT Multi-Front sistematizou 21 propostas, incluindo a organização dos dados sobre multicampia e fronteira, a produção de materiais para a continuidade da luta e o levantamento de informações sobre universidades e institutos federais que perderam a indenização de fronteira.

A articulação com a Rede Unifronteiras será feita a partir da pauta trabalhista e, com as e os parlamentares, será trabalhada a defesa de diferentes propostas.

Saiba mais detalhes da cobertura do 2º dia no QR CODE ao lado:



Raposa Serra do Sol e Guiana

O II Seminário de Multicampia e Fronteira encerrou com uma visita à Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, uma das maiores terras indígenas demarcadas no Brasil, onde as e os docentes conheceram a realidade do povo Macuxi e seus saberes ancestrais, como pintura com jenipapo, produção de painéis de barro e a confecção de cestos e arco e flecha. O grupo seguiu para a fronteira entre Bonfim (RR) e Lethem, na Guiana, para entender os desafios nas atividades de extensão e pesquisa.

José Sávio, 2º vice-presidente da Regional Norte II e da coordenação do GT Multi-Front do ANDES-SN, avaliou que as atividades permitiram conhecer o funcionamento dos três campi da UFRR, e viver uma imersão na TI Raposa Serra do Sol e uma visita a Lethem. “Participamos de oficinas e desfrutamos da culinária local oferecidas por membros da comunidade (Makuxi e Wapixana), seguida por uma visita à Guiana, onde pudemos experimentar algumas das modalidades de deslocamentos pela Amazônia, como estradas de terra, balsas e portões nas fronteiras, locais onde pode acontecer, tudo, menos a regularidades dos relógios”, disse.

Saiba mais detalhes da cobertura do 3º dia no QR CODE ao lado:



Arte e Cultura

O seminário contou com diversas atividades, incluindo a apresentação da dança Parixara, ritual do povo Wapichana, e um shows de Eliakin Rufino e Sérgio Barros, cujas músicas abordaram temas ambientais, sociais e políticos. Houve ainda uma visita guiada ao campus Murupu da UFRR, que abriga cursos em Agroecologia e Agropecuária, e a exibição do documentário “A Multicampia nas Universidades Amazônicas”, produzido pela Adua SSind., com relatos sobre desafios e estratégias de resistência na região.

Manifesto Chapa 1

Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



CHAPA 1 - ANDES PELA BASE:
DIVERSIDADE E LUTAS

MANIFESTO

Ao iniciarmos o processo eleitoral do ANDES-SN para o biênio 2025-2027, destacamos a enorme complexidade dos tempos em que vivemos. Os desafios que hoje se apresentam ao conjunto da classe trabalhadora incluem uma crise civilizatória desenvolvida no quadro das atuais transformações climáticas e de seus severos efeitos socioambientais, a generalizada precarização e plataformização que têm alterado radicalmente o mundo do trabalho, o aprofundamento da exploração capitalista e de suas formas neocoloniais, o avanço global da extrema direita, radicalizando a violência contra setores historicamente oprimidos da nossa classe e colocando em xeque a democracia. Nunca uma contraofensiva da nossa classe foi tão necessária: trata-se da garantia da nossa sobrevivência e das gerações do porvir. É urgente avivar as centelhas da esperança entre nós.

Todos esses fenômenos atingem o dia a dia de nossa atividade docente: do agravo à nossa saúde física e mental a uma realidade de deterioração das condições de trabalho, não nos faltam razões para a indignação. As várias greves que cons-

truímos ao longo de 2024 em diferentes instituições do setor das IEES, IMES e IDES, assim como a maior greve da história do setor das Federais no âmbito do ANDES-SN, mostraram o caminho para lidar com tantos desafios: acreditar na reorganização da classe trabalhadora e construir a mais ampla unidade para avançar nas lutas!

Somos parte das lutadoras e lutadores da nossa classe, que enfrentam o neofascismo nas ruas e nas redes, que desafiam as políticas de austeridade e os ditos ajustes fiscais. Somos docentes que desde o chão das salas de aula de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil, acreditamos em um sindicato nacional construído pela democracia de base. Defendemos um sindicalismo classista, autônomo e independente. Somos por um sindicato que siga a sua trajetória histórica de defesa incansável das nossas condições de trabalho, da nossa valorização salarial e que defenda a estruturação da nossa carreira com paridade e isonomia, com base nos acúmulos amplamente debatidos pela categoria.

Queremos um ANDES-SN que continue combatendo todas as formas de opressão, que se coloque frontalmente contra todas as formas de assédio no ambiente de trabalho, que esteja ao lado dos movimentos sociais em sua diversidade e siga buscando

o fortalecimento do movimento sindical no Brasil e internacionalmente. Buscamos seguir animando um sindicato imerso na luta dos povos oprimidos de todo o mundo, solidário e internacionalista, como tem sido em relação à população palestina.

Apresentamos a Chapa 1 ao conjunto da categoria na certeza de que devemos fortalecer cada vez mais o ANDES-SN, instrumento fundamental na defesa dos nossos direitos e das liberdades democráticas. Reafirmamos nosso projeto histórico de defesa de uma educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade, socialmente referenciada, anticapitalista, antirracista, antimachista, anticapacitista, antixenofóbica, antiglbtqfóbica e ecologista, investindo na aliança com outras entidades para defender a ampliação qualificada e o adequado financiamento público das IES.

Seguiremos construindo pela base o sindicato de luta que é o legítimo representante da nossa categoria, onde quer que ela esteja, dizendo enfaticamente que só o ANDES-SN nos representa.

Chamamos todas e todos docentes a construir conosco um ANDES-SN cada vez mais radicalmente democrático, a partir da sua base, à altura de sua grandiosa história e preparado para os desafios do presente!

Manifesto Chapa 2

Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.

Renova ANDES CHAPA 2

TIME DO renova chapa 2

Nicole Pontes (UFRPE)
Presidenta do AnDES
Chapa 2 Renova ANDES

Celi Taffarel (UFBA)
1ª Vice-Presidenta
Chapa 2 Renova ANDES

Alberto Handfas (UNIFESP)
2ª Vice-Presidente
Chapa 2 Renova ANDES

Erika Figueiredo (UFRPE)
3ª Vice-Presidenta
Chapa 2 Renova ANDES

Edson de Moraes (UFPB)
Secretário Geral
Chapa 2 Renova ANDES

Maria Ferreira (UNEB)
1ª Secretária
Chapa 2 Renova ANDES

Michel Costa (UERJ)
2ª Secretário
Chapa 2 Renova ANDES

Marlene Menezes (UECE)
3ª Secretária
Chapa 2 Renova ANDES

Geverson Grzeszczyszyn (UNICENTRO)
1º Tesoureiro
Chapa 2 Renova ANDES

Lisleanda Machado (IF-SUDESTE-MG)
2ª Tesoureira
Chapa 2 Renova ANDES

Frederico Costa (UECE)
3º Tesoureiro
Chapa 2 Renova ANDES

ELEIÇÃO
Dias 7 e 8 de Maio

A CHAPA 2 – RENOVA ANDES apresenta uma plataforma focada na defesa dos direitos dos docentes, no cumprimento dos acordos das greves de 2024 e na renovação do ANDES-SN para torná-lo mais inclusivo e representativo. A prioridade imediata é pressionar o governo federal a implementar os acordos conquistados após as greves de 2024, especialmente na Educação Federal, onde a recomposição salarial de 9% para 2025 ainda não foi efetivada devido ao atraso na votação da Lei Orçamentária (LOA). A chapa critica a postergação da votação da LOA, com a continuidade da chantagem de parlamentares por emendas, e defende a pressão contínua para o cumprimento de todos os pontos acordados, como a reestruturação de carreiras, o direito à entrada lateral e a revogação de normas prejudiciais, como a IN nº 15/2022.

A CHAPA 2 – RENOVA ANDES também se posiciona firmemente contra o golpismo, defendendo a punição exemplar de Bolsonaro e dos generais envolvidos no golpe de 2016, além de propor a revogação do Art. 142 da CF88, que permite o uso da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A CHAPA 2 – RENOVA ANDES defende uma reforma política ampla para eliminar o golpismo das instituições e garantir o financiamento pleno das universidades federais, rejeitan-

do o Novo Arcabouço Fiscal (NAF), que limita investimentos públicos.

Outro eixo central da plataforma é a renovação do ANDES-SN para ampliar sua base sindicalizada, atualmente abaixo de 20% da categoria. A chapa propõe humanizar os eventos sindicais, priorizar temas salariais e de carreira, e abrir as instâncias do sindicato para todos os docentes, transformando-o de um "sindicato de lutadores" para um sindicato de todos e todas. A CHAPA 2 – RENOVA ANDES também defende a unidade na luta, valorizando a diversidade de pensamentos e a inclusão de todas as correntes na direção do sindicato.

A chapa destaca a importância da independência sindical, criticando o governo Lula por não atender às principais demandas da categoria, apesar de ter sido eleito com o apoio da maioria dos docentes. De outro lado, defende a mais ampla unidade dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação, inclusive com a participação do ANDES-SN no CNE, onde deve defender as suas propostas.

Além disso, a CHAPA 2 – RENOVA ANDES dá atenção especial ao setor das universidades estaduais, distritais e municipais (IEES, IDES e IMES), que enfrentam políticas destrutivas, salários baixos e carreiras precarizadas. Propomos articular

nacionalmente as lutas desse setor, dando visibilidade e força às reivindicações locais, como recomposição salarial, concursos públicos e investimento em infraestrutura. A CHAPA 2 – RENOVA ANDES defende a nacionalização dessas lutas, pressionando governos estaduais a cumprirem acordos firmados após greves e mobilizações.

Dessa forma, a **CHAPA 2 – RENOVA ANDES** propõe um ANDES-SN mais inclusivo, combativo e unificado, focado no cumprimento dos acordos das greves, na defesa da democracia e na valorização de todos os setores da educação superior, com ênfase na independência sindical e na luta por melhores condições salariais e de trabalho.

Manifesto Chapa 3

Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



Fotos: Eline Luz/Imprensa ANDES-SN

Conheça a Chapa 3 - ANDES-SN Classista e de Luta

Caras(os) colegas e companheiras(os) docentes,

Nestas eleições para o ANDES-SN, estão em disputa os rumos do movimento docente em um cenário bastante desafiador. A categoria está diante de uma decisão que repercutirá em nossas vidas e na luta pela Educação Pública. A prioridade do sindicato deverá ser a defesa das reivindicações da categoria ou a blindagem do governo? Retomaremos os métodos de luta da classe trabalhadora, com mobilização nas bases, atos massivos e greves ou reduziremos o movimento às redes sociais e vias institucionais? Lutaremos pela paridade, reenquadramento de aposentadas(os) e fim do confisco das aposentadorias ou seguiremos aceitando acordos de greve que rifam parte da categoria? O sindicato se organizará para derrubar o Novo Arcabouço Fiscal e as contrarreformas ou testemunhará o definhamento das Universidades públicas, Institutos Federais (IFs) e Cefets com cortes de água, luz e desabamentos? Combateremos a extrema direita golpista com independência de classe ou optaremos pela política do medo? Buscaremos a unidade das(os) trabalhadoras(es), reabrindo o debate acerca da vincula-

ção do ANDES-SN a uma central sindical classista, ou manteremos nosso sindicato isolado? Exerceremos, de forma prática, a solidariedade internacionalista contra o genocídio do povo palestino e a opressão de outros povos ou nos restringiremos a moções? Diante do genocídio da juventude negra, das ameaças crescentes às vidas das mulheres, das pessoas LGBTQIAPN+, indígenas e comunidades tradicionais, nossa escolha é combater nas ruas junto aos movimentos sociais!

São muitas as questões que se condensam nesta eleição e que evidenciam diferenças práticas e programáticas. Nós da Chapa 3 convidamos você a escolher o caminho da independência de classe e da coragem de defender as nossas Universidades, IFs e Cefets. O cenário nacional e internacional exige que estejamos atentas(os), na medida em que as movimentações dos governos sinalizam para o aprofundamento da mercantilização da vida, das guerras e da destruição da natureza ao ponto de ameaçar nossa existência como humanidade.

É papel de uma direção sindical classista impulsionar a disposição de luta que a categoria demonstrou no ano de 2024, com as greves nas instituições federais, estaduais, municipais e distritais. Por isso precisamos de uma nova direção, inde-

pendente e autônoma. Testemunhamos o quanto o governismo foi prejudicial à categoria, chegando ao ponto de sindicalistas obedecerem à ordem do presidente Lula de acabar com o movimento paredista, desmantelando a greve sem garantias do cumprimento do acordo. Teremos pela frente um cenário de mais pressões do rentismo, do agronegócio e do Centrão sobre o governo para abocanharem fatias crescentes do orçamento público, ampliando os "superávits" às custas do arrocho salarial e da precarização dos serviços públicos. Nossas necessidades não serão atendidas com a política de conciliação, é preciso fortalecer o campo de oposição à esquerda ao governo Lula/Alckmin".

Se você também defende a Educação Pública, os direitos sociais, o combate às opressões e as liberdades democráticas, **manifeste seu apoio e fortaleça a construção de uma nova direção para nosso sindicato! Nos dias 7 e 8 de maio de 2025, vote na Chapa 3 ANDES-SN Classista e de Luta!**

* Leia o programa completo da Chapa 3, com nossas propostas referentes à política educacional, ciência e tecnologia, carreira docente, seguridade social, combate às opressões, questão ambiental, formação sindical, dentre outras. Acesse: linktr.ee/chapa3.andes



LUTAR NÃO É CRIME!



**PELO DIREITO DE GREVE
CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS LUTAS**

ANDES

SINDICATO NACIONAL

ANDES-SN avança na luta por igualdade de gênero e em defesa das mulheres

#8M

No 8 de março, em todo o mundo, mulheres saíram às ruas por igualdade, direitos e respeito. No Brasil, não foi diferente. Manifestações ocorreram em, pelo menos, 22 capitais e diversos municípios. Atividades como rodas de conversa, seminários, panfletagens, exposições de filmes, performances artísticas também marcaram o mês de luta das mulheres.

Além de pautas históricas do movimento feminista, como o fim da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, igualdade salarial, as mulheres exigirão o fim da brutalidade policial, do racismo e do fascismo, “sem anistia para golpistas” e cobrarão outros direitos como à cidade e pelo bem viver.

O mote adotado pelo ANDES-SN para marcar a data neste ano foi “Nos queremos vivas, livres e com direitos”. O Sindicato Nacional e suas seções sindicais também pediram “Justiça para Marielle Franco e Anderson Gomes: que os mandantes sejam responsabilizados!”, conforme deliberação do 43º Congresso, realizado no final de janeiro.

Desigualdades e violências permanecem

Apesar do debate sobre violências e desigualdades de gênero ter ganhado mais espaço nos últimos anos, a sociedade brasileira ainda tem muito a avançar. Segundo

dados divulgados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), embora o país tenha registrado aumento na criação de empregos formais e queda do desemprego no último ano, as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho permanecem inabaláveis.

As mulheres continuam com as maiores taxas de desemprego, os menores salários e ainda acumulam tarefas domésticas, incluindo atividades relacionadas aos cuidados de outras pessoas, atribuição que muitas ainda realizam além dos limites dos próprios lares, como trabalho remunerado. Quase um quarto (23,2%) das mulheres negras estava em uma das três categorias de mão de obra subutilizada.

Ao mesmo tempo, desde 2022, elas passaram à frente dos homens na chefia dos lares brasileiros, tornando-se responsáveis por 52% dos domicílios. Nos lares monoparentais, aqueles onde apenas um adulto vive com os filhos, sem a presença de um cônjuge, a chefia feminina chegava a 92%.

Além da desigualdade, mulheres enfrentam cotidianamente a ameaça de diferentes formas de violência. Em 2024, a cada 24 horas, ao menos 13 mulheres foram vítimas de violência, isso em apenas nove estados brasileiros monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança. O projeto acompanha políticas públicas de segurança, além de fenômenos de violência e crimina-

lidade em nove estados.

O boletim “Elas Vivem: Um Caminho de Luta”, produzido pela Rede, traz outro dado alarmante: no ano passado, ao menos uma mulher foi vítima de feminicídio a cada 17 horas nos nove estados monitorados: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados apontaram um total de 531 vítimas ao longo de 2024.

Em 75,3% dos casos, os crimes foram cometidos por pessoas próximas. Quando considerados apenas parceiros e ex-parceiros, o índice chega a 70%.

ANDES-SN na luta

A desigualdade e violência decorrentes do machismo estrutural também atravessam a vida das professoras, tanto em âmbito pessoal quanto nos espaços de trabalho, militância e convívio social.

Embora homens e mulheres ingressem na universidade em números semelhantes, ao longo da jornada acadêmica e da carreira ocorre um efeito vazamento, em que as mulheres enfrentam mais obstáculos para ascender, resultando em sua sub-representação nos níveis mais altos da carreira acadêmica, tendo seu acesso e permanência em cargos de liderança dificultados.

Nos queremos

VIVAS, LIVRES E COM DIREITOS

Essa desigualdade se reflete nos espaços de poder dentro das universidades. Na Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, no primeiro nível da carreira – professor doutor – as mulheres representam 43%, enquanto que no segundo nível – docentes associados – são 36%. A representatividade é ainda menor no topo da carreira – titular – no qual apenas 28% são mulheres. Ou seja, quanto maior o cargo menor a quantidade de mulheres.

Como a ascensão na carreira é requisito para ocupar cargos de liderança, há uma concentração masculina nos espaços decisórios, como o Conselho Universitário, composto por 69,04% de homens e 30,96% de mulheres, segundo dados divulgados pela USP em 2019.

Pautado em um modelo produtivista, que desconsidera desigualdades estruturais, o sistema acadêmico favorece aqueles que conseguem se dedicar integralmente à pesquisa—algo que se torna mais difícil para as mulheres, especialmente as mães. Estudos do grupo Parents in Science mostram que pesquisadoras que tiveram filhos levam de três a quatro anos para recuperar sua produção acadêmica anterior. A falta de políticas institucionais que considerem essa realidade contribui para a manutenção do chamado "teto de vidro", que impede muitas mulheres de alcançarem o topo da carreira.

A valorização excessiva da quantidade de publicações e a concessão de bolsas de produtividade do CNPq baseada nesse critério acabam perpetuando a exclusão de mulheres, pois ignoram fatores como a sobrecarga de trabalho doméstico e a ma-

ternidade. Os dados do CNPq reforçam essa desigualdade: em 2021, nas ciências exatas e da terra, apenas 12,3% das pesquisadoras alcançaram o nível mais alto das bolsas de produtividade na área, enquanto 87,7% dos contemplados com a bolsa PQA1 eram homens. Esse padrão se repete em todas as áreas do conhecimento, evidenciando como o machismo estrutura a exclusão das mulheres na ciência.

Além das dificuldades impostas pela forma como as carreiras e a progressão nelas estão desenhadas, docentes, quando vítimas de violência doméstica, também são prejudicadas no desenvolvimento de sua vida acadêmica. Durante o 43º Congresso do ANDES-SN, realizado em janeiro em Vitória (ES), relatos de professoras que sofreram processos administrativos que, por estarem com medidas protetivas, tiveram que se afastar da universidade e/ou que encontraram dificuldade no distanciamento de seus agressores por parte das administrações sinalizaram a importância de aprofundar o debate sobre como as universidades, institutos federais e cefets atuam para proteger essas mulheres.

Como consequência desse debate, o 43º Congresso aprovou resolução inédita sobre a proteção das professoras vítimas de violência doméstica. Foi decidido cobrar das administrações das instituições o cumprimento do estabelecido na Lei Maria da Penha, com acolhimento imediato e, quando necessário, licença saúde, medidas protetivas rápidas de remoção, entre outras que garantam a segurança e vida das vítimas.

Ainda com o objetivo de ampliar a luta do

Sindicato Nacional pela igualdade de gênero e contra toda forma de opressão, também foi aprovado, no 43º Congresso, o Protocolo de Combate, Prevenção, Enfrentamento e Apuração do Assédio Moral e Sexual, do Racismo, da LGBTfobia e quaisquer formas de discriminação, opressão e violência nas Universidades, Institutos Federais (IFs), Faculdades e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). O documento define o que são as situações que caracterizam essas formas de violência e será incluído na pauta de reivindicações da categoria, nos setores das Federais e das Estaduais, Municipais e Distrital.

O ANDES-SN vem também aprofundando o debate sobre maternidade, parentalidade, famílias atípicas e formas de combate ao machismo estrutural no ambiente acadêmico e sindical, temas que estarão presentes na programação do IV Seminário Integrado do ANDES-SN, do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual, que ocorrerá entre os dias 24 e 26 de abril, na cidade de São Paulo (SP).

Justiça por Marielle e Anderson

No mês de março, o ANDES-SN se somou às diversas vozes que seguem pedindo justiça por Marielle e Anderson e cobra que os mandantes e aqueles que interferiram no processo de investigação sejam responsabilizados.

No dia 12, representantes da diretoria nacional e das seções sindicais participaram de sessão solene no plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados, em homenagem à Marielle Franco, assassinada, em 14 de março de 2018, junto com seu motorista Anderson Gomes.

Em novembro de 2024, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz foram condenados como executores do crime. No entanto, os acusados de serem os mandantes do assassinato da vereadora ainda não foram julgados.



**JUSTIÇA PARA
MARIELLE FRANCO
E ANDERSON GOMES:**

que os mandantes sejam responsabilizados!

IV Seminário Integrado do GTPCEGDS do ANDES-SN



V Seminário Nacional de Diversidade Sexual
VI Seminário Nacional de Mulheres do ANDES-SN
VI Seminário Nacional de Reparação e
Ações Afirmativas do ANDES-SN

24 a 27 de abril (2025)

Local: Adusp (SP)

Adusp

ANDES
SINDICATO NACIONAL

VIII SEMINÁRIO **ESTADO E EDUCAÇÃO** DO ANDES-SN

A construção do projeto classista de educação e o enfrentamento às contrarreformas neoliberais



04 e 05 de abril (2025)

Local: Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Adufu - Seção Sindical

ADU=U gestão
SEÇÃO SINDICAL florescer
NAS LUTAS

ANDES
SINDICATO NACIONAL